



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
18/452.924-7	J183777060372	18/08/2018

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
264.994.446-34	SILVIA CARVALHO DE MORAES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



7º ALTERAÇÃO CONTRATUAL

PRIME HOLDING E SERVIÇOS LTDA

CNPJ 10.328.635/0001-76 - NIRE: 3120824175-8 em 08/09/2008

Pelo presente instrumento particular, nesta e na melhor forma de direito, os signatários;

OTÁVIO VIEGAS, brasileiro, divorciado, empresário, nascido em 20/11/1949, com escritório na Avenida Getúlio Vargas, nº 2.212 bairro Joana D´arc, Lagoa Santa/MG, CEP: 33.400-000, portador da carteira identidade nº M-434.407, expedida pela SSP/MG e inscrito no CPF sob nº 131.607.376-91 e

SILVIA CARVALHO DE MORAES, brasileira, solteira, empresária, nascida em 19/09/57, com escritório da Avenida Getúlio Vargas nº 2.212, bairro Joana D´arc, Lagoa Santa/MG, CEP: 33.400-000, portadora da carteira de identidade nº M-753.323, expedida pela SSP/MG e inscrita CPF sob nº 264.994.446-34,

ÚRSULA DIAS VIEGAS, brasileira, solteira, empresária, nascida em 12/02/1977, com escritório na Avenida Getúlio Vargas nº 2.212 bairro Joana D´arc, Lagoa Santa/MG, CEP33.400-000, portadora da carteira de identidade MG-7.130.854, expedida pela SSP/MG e inscrita no CPF sob nº 001.312.626-10;

BRUCE DIAS VIEGAS, brasileiro, casado, empresário, nascido em 13/07/1975, com escritório na Avenida Getúlio Vargas nº 2.212 bairro Joana D´arc, Lagoa Santa/MG, CEP33.400-000, portador da carteira de Identidade M-6.715.537 expedida pela SSP/MG e inscrito no CPF sob nº 901.437.526-34;

OTAVIO MORAES VIEGAS, brasileiro, empresário, casado, nascido em 01/12/1983, com escritório na Avenida Getúlio Vargas nº 2.212 bairro Joana D´arc, Lagoa Santa/MG, CEP33.400-000, portador da carteira de Identidade MG-10.474.661 expedida pela SSP/MG e inscrito no CPF 063.491.516-90;

ALAN MORAES VIEGAS, brasileiro, engenheiro eletrônico e de telecomunicações, casado, nascido em 29/06/1987, com escritório na Avenida Getúlio Vargas nº 2.212 bairro Joana D´arc, Lagoa Santa/MG, CEP33.400-000, portador da carteira de identidade MG-14.402.132 expedida pela SSP/MG e inscrito no CPF 085.759.966-65.



Únicos sócios da Prime Holding e Serviços, sociedade empresária limitada, registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE nº 3120824175-8 em 08/09/2008, resolvem, de comum acordo, alterar o contrato social em conformidade com as cláusulas e condições e condições a seguir estipuladas:

Primeira Alteração: Abertura de Filial

A empresa **Prime Holding e Serviços Ltda.**, neste momento comunica neste momento a abertura da filial:

A filial fica estabelecida a Rua Prefeito Elizeu Alves da Silva, 400, Distrito Industrial Genesco Aparecido, na Cidade de Lagoa Santa – Minas Gerais, CEP: 33.400-000, tendo como objeto social:

- A participação societária em outras empresas, como quotista, acionista ou beneficiária e a administração de seus próprios bens;
- Realização de atividades na área de segurança, de acordo com os objetivos sociais das empresas de que é sócia;
- Participação em consórcio composto por empresas das quais seja sócia no âmbito de processos licitatórios públicos ou privados.

Em virtude das alterações acima procedidas, o contrato social da sociedade fica consolidado e passa a reger-se com as seguintes redações:

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

CLÁUSULA PRIMEIRA: DENOMINAÇÃO SOCIAL

A sociedade adota a denominação de **Prime Holding e Serviços Ltda.**

CLÁUSULA SEGUNDA: DO ENDEREÇO DA SEDE E DA FILIAL

A sede da empresa é Av. Getúlio Vargas nº 2.212, bairro Joana D'arc CEP 33.400-000, Lagoa Santa / MG,

Filial estabelecida a Rua Prefeito Elizeu Alves da Silva, 400, Distrito Industrial Genesco Aparecido, na Cidade de Lagoa Santa – Minas Gerais, CEP: 33.400-000.

Parágrafo Único: A sociedade empresária limitada, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETIVO SOCIAL

Constituem objetivos da Sociedade:



- A participação societária em outras empresas, como quotista, acionista ou beneficiária e a administração de seus próprios bens;
- Realização de atividades na área de segurança, de acordo com os objetivos sociais das empresas de que é sócia;
- Participação em consórcio composto por empresas das quais seja sócia no âmbito de processos licitatórios públicos ou privados.

CLÁUSULA QUARTA: CAPITAL SOCIAL – RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

O Capital Social totalmente integralizado em moeda corrente é de R\$9.000.000,00 (Nove milhões de reais), dividido em 9.000.000,00 (nove milhões) de cotas de Capital Social no valor unitário de R\$1,00 (um) real cada, sendo distribuído entre os sócios nas seguintes proporções e valores:

Sócios	Nº Cotas	Vlr.Unitário	Valor Total
OTÁVIO VIEGAS	4.500.000	1,00	4.500.000,00
SILVIA CARVALHO DE MORAES	4.496.000	1,00	4.496.000,00
ALAN MORAES VIEGAS	1.000	1,00	1.000,00
BRUCE DIAS VIEGAS	1.000	1,00	1.000,00
OTAVIO MORAES VIEGAS	1.000	1,00	1.000,00
URSULA DIAS VIEGAS	1.000	1,00	1.000,00
TOTAL	9.000.000		9.000.000,00

Parágrafo 1º - As cotas são indivisíveis e a Sociedade reconhecerá um só possuidor para cada uma delas.

Parágrafo 2º - A responsabilidade dos sócios e, na forma da legislação em vigor, restrita ao valor de suas cotas e solidária em relação à integralização do Capital Social (artigo 1.052 NCC).

CLÁUSULA QUINTA: INÍCIO / PRAZO DE DURAÇÃO DA SOCIEDADE

A sociedade iniciou suas atividades no dia 05/08/2008 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

CLÁUSULA SEXTA: DA ADMINISTRAÇÃO (Artigos 1.061; 1.062; 1.063 e 1.064 NCC)

A sociedade poderá contratar administradores não sócios, sendo que a designação dependerá de



aprovação da unanimidade dos sócios, sendo que a designação dependerá de aprovação da unanimidade dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e de dois terços, no mínimo, após a integralização.

Parágrafo 1º - A administração e o uso do nome empresarial caberão ao sócio **OTÁVIO VIEGAS**, que utilizará o título de sócio administrador, e a Sra. **SILVIA CARVALHO DE MORAES**, que utilizará o título de sócia administradora, praticando todos e quaisquer atos necessários para o bom desempenho das atividades da empresa. O sócio administrador fica investido de plenos poderes de administração geral, podendo isoladamente representar a sociedade em juízo ou fora dele, podendo ainda, assinar escrituras, contratos, títulos de créditos, cheques, outorgar procurações e tudo o mais o que for necessário e de interesse para a sociedade.

Parágrafo 2º - No exercício desses poderes, os administradores, poderão nomear procurador (es, residente (s) no Brasil, ficando a sociedade juridicamente vinculada.

Parágrafo 3º - A sociedade, representada nos termos desta Cláusula, poderá nomear e constituir procuradores "Ad Judicia" ou "As Negotia", delimitando os poderes e nos mandatos "ad negotia", a duração do respectivo mandato.

Parágrafo 4º - Nos poderes dos administradores não se incluem os de contrair obrigações estranhas ao interesse social, de dar garantias, bem como os de empregar o nome da Sociedade em obrigações em favor de terceiros ou dos próprios quotistas, mesmo sob a forma cambiária, sem que tenha havido prévia decisão favorável nesse sentido, por sócios ou sócios detentores de quotas que representem pelo menos 60% (sessenta por cento) do capital social. Será considerado como excedente do objeto contratual, entre outros, o uso da denominação social em qualquer tipo de caução, fiança ou aval, dado em favor de seus representantes ou de terceiros, ressalvados os casos que envolvam empresas das quais esta sociedade seja sócia.

Parágrafo 5º - Os administradores receberão remuneração mensal pro labore, fixada anualmente pelos sócios, sendo essa remuneração dimensionada de acordo com as possibilidades financeiras da sociedade e constituirá despesa desta para todo os fins societários.

Parágrafo 6º - Responderão ainda por perdas e danos os administradores que, tendo alguma operação em interesse contrário ao da sociedade, participar da deliberação que a aprove graças a seu voto.



CLÁUSULA SÉTIMA: EXERCÍCIO SOCIAL – LUCROS E PREJUÍZOS (Artigos 1.071, 1.072 e 1.078 NCC)

O exercício social coincidirá com o ano civil e os lucros ou prejuízos apurados, serão divididos entre os sócios, na proporção definida em reunião de quotistas, não necessariamente tendo de ser proporcional à participação de cada um.

Parágrafo 1º - O Balanço Patrimonial será levantado anualmente com base em registros contábeis regulares e será apresentado aos sócios nos quatro meses seguintes ao termino do exercício social.

Parágrafo 2º - Poderão ser levantados balanços intermediários e, se neles se apurarem lucros, estes poderão ser distribuídos aos sócios na proporção das respectivas quotas de capital.

Parágrafo 3º - A distribuição parcial ou total dos lucros efetivará por deliberação dos quotistas que representem a maioria do capital social.

Parágrafo 4º - A parcela dos lucros não distribuída poderá ser destinada à constituição de reservas para posterior incorporação ao capital social ou para a aquisição de quotas para serem transitoriamente mantidas em tesouraria.

CLÁUSULA OITAVA: CRITÉRIOS PARA DELIBERAÇÃO DOS NEGÓCIOS

Todas as deliberações sociais para as quais o Contrato Social e a Lei nº 10.406/2002 (Novo Código Civil), não prevejam aprovação por quórum qualificado, serão tomadas por quotistas detentores da maioria do capital social, sendo que a cada quota corresponde um voto.

Parágrafo único - Qualquer dos sócios poderá ser representado por uma pessoa estranha à sociedade e com poderes de deliberação, devendo o instrumento de mandato ter firma reconhecida, nos termos da lei civil e ser entregue mediante protocolo ao sócio que presidir a reunião, no momento do inicio dos trabalhos. Quando determinado sócio outorgue mandatos sucessivos a pessoas diferentes para o mesmo fim, só prevalecerão os mandatos que tiverem sido outorgados na data mais recente, considerando-se revogados todos aqueles outorgados em datas anteriores, salvo se os mandatos mais recentes ressalvarem a permanência da validade dos mandatos anteriores, identificando o mandatário, cujos poderes deverão permanecer válidos.

CLÁUSULA NONA: TRANSFERENCIA DE QUOTAS DE CAPITAL

Ressalvando as disposições contidas no Artigo 1.076 da Lei nº 10.406/2002, qualquer modificação deste contrato será válida quando subscrita por quotistas ou quotistas detentores de



pelo menos, 60% (sessenta por cento) do capital social, independentemente de prévia notificação aos demais quotistas.

Parágrafo 1º - As quotas sociais não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros, sem consentimento prévio e expresso de todos os quotistas, garantindo a todos, em qualquer caso e na proporção do capital de cada um, o direito de preferencia na aquisição das mesmas em igualdade de preço e de condições.

Parágrafo 2º - O quotista que desejar transferir as suas quotas, no todo ou em parte, comunicará por escrito este fato aos demais quotistas, indicando o nome do pretendente, a quantidade das quotas a serem alienados, o respectivo preço e as condições de pagamento.

Parágrafo 3º - É Livre o valor de transferência de quotas entre ascendentes ou descendentes de primeiro grau, mas admissão do novo sócio à Sociedade fica condicionada à concordância da maioria dos votos dos demais sócios. Caso não ocorra essa concordância, o sócio cedente será considerado, para todos os efeitos legais, como sócio retirante, aplicando-se o disposto nas cláusulas nona e dez deste contrato.

Parágrafo 4º - Os quotistas consultados deverão se manifestar dentro de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do aviso a que se refere esta cláusula, sobre o direito de preferencia que lhes assegura o presente contrato.

Parágrafo 5º - No caso de não ter sido exercido o direito de preferencia por algum dos sócios remanescentes, as quotas a ele reservadas serão adquiridas, pelo mesmo preço e condições pelos demais sócios, na proporção das quotas por ele detidas. Caso nenhum dos sócios venha a exercer o direito de preferencia, as quotas serão livremente alienáveis, desde que pelo preço e condições anunciados e desde que a pessoa anunciada como pretendente adquirente. No caso em que qualquer desses parâmetros venha a mudar, todo o procedimento de notificação e preferencia deverá ser repetido, sob pena de nulidade da alienação e transferência.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA RETIRADA DE QUOTISTA

O quotista quer resolver se retirar da Sociedade deverá, do seu propósito, notificar a Sociedade e os demais quotistas, por escrito no qual fará constar o valor por ele atribuído às suas quotas; esta notificação será entregue aos demais sócios contra recibo ou mediante carta registrada, com aviso de recebimento, contando-se os prazos previstos neste contrato, com relação a cada um dos destinatários, a partir da respectiva data de efetivo recebimento.

Parágrafo 1º - Caso os demais os sócios, pela maioria das quotas por eles possuídas e em



reunião realizada nos 30 (trinta) dias seguintes ao do recebimento da notificação de que trata a Cláusula Nona pela Sociedade, não aceitem o valor das quotas atribuído pelo sócio retirante, a sociedade, nos 60 (sessenta) dias seguintes ao do recebimento da notificação mencionada na Cláusula Nona levantará um balanço geral, que será auditado por auditores independentes legalmente habilitados, com base da data notificação e os haveres que assim forem apurados serão pagos ao quotista interessado na retirada mediante 24 (vinte e quatro) prestações mensais, iguais e sucessivas, com correção monetária, cuja variação será igual à do IPC-FGV, vencendo a primeira 90 (noventa) dias após o encerramento do balanço supracitado e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes.

Parágrafo 2º - O balanço de apuração de haveres a que se refere este capítulo não abrangerá os lucros ou perdas anteriores à retirada, salvo quando constituam consequência direta dos atos anteriores a notificação.

Parágrafo 3º - Se, da retirada, falecimento, interdição ou falência de sócio resultar que as quotas da sociedade venham a ser possuídas por apenas um sócio, a sociedade não se extingui e prosseguirá normalmente as suas atividades, cabendo ao sócio remanescente, nos seis meses subsequentes ao fato, encontrar outra pessoa que venha a integrar o quadro social. Caso, vencido este prazo, nenhum sócio tenha sido encontrado, a sociedade entrará em liquidação. (artigo 1.033 inciso IV)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FALÊNCIA, FALECIMENTO, INTERDIÇÃO OU INCAPACITAÇÃO DE QUOTISTA

A falência de quotista pessoa jurídica, o falecimento, a interdição ou a incapacidade da quotista pessoa física não acarretarão obrigatoriedade a dissolução da Sociedade, cabendo aos quotistas remanescentes, se decidirem pela continuação dos negócios sociais, promover a imediata substituição do quotista falido, falecido, interditado ou incapacitado.

Parágrafo 1º - Os herdeiros ou representantes do quotista falecido, interditado ou incapacitado ou a massa falida do quotista falido serão reembolsados do valor da quota respectiva, na forma e prazos previstos nos parágrafos seguintes desta cláusula.

Parágrafo 2º - Havendo múltiplos herdeiros, estes designarão entre si, qual deles os representará junto à sociedade. Inexistindo acordo entre os herdeiros do falecido para esta designação, ou desejando os mesmos se retirarem da sociedade, a eles serão pagos os haveres do sócio falecido na forma prevista nesta cláusula.



Parágrafo 3º - Tendo ocorrido a decretação da falência ou o falecimento do sócio até dois meses após o encerramento do exercício social, proceder-se-á à apuração dos haveres com base no balanço geral do exercício imediatamente anterior. Caso a falência tenha sido decretada ou o falecimento se tenha dado após este prazo, levantar-se-á o balanço no ultimo dia do mês da ocorrência, saldo se esta se der nos dois últimos meses do exercício social, hipótese em que os haveres da massa falida ou do sócio falecido serão pagos com base no balanço geral do exercício em que ocorrer o evento. Para este único e exclusivo efeito de apuração de haveres do sócio falido ou falecido, o balanço deverá refletir os bens imóveis e os equipamentos e maquinaria industrial avaliados pelos respectivos valores de venda (valores de mercado) na data do mesmo balanço.

Parágrafo 4º - Os haveres apurados segundo os critérios fixados nesta cláusula poderão ser pagos aos respectivos beneficiários mediante a alienação ou entrega de bens imóveis da sociedade, a critério da maioria dos votos exercidos pelos sócios remanescentes.

Paragrafo 5º - Tendo ocorrido a decretação da falência, interdição ou falecimento do sócio administrador, passa o sócio de maior idade a representar temporariamente, como o administrador da empresa, até o término dos tramites legais e substituição do sócio administrador.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

A sociedade entrará em liquidação nas hipóteses previstas em Lei ou por decisão de quotistas ou quotistas detentores da maioria do capital social, aos quais competirá indicar o liquidante.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA: DA LEI APLICÁVEL (Art. 1.053 par. Único NCC)

A sociedade reger-se-á nas omissões e legais do Código Civil (Lei nº 10.406/2002 art. 1052 a 1087) pela Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/1976)

CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DECLARAÇÃO (Artigo 1.011, Paragrafo único NCC)

Os administradores declaram, sob penas da lei, de que não estão impedidos de exercer administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé publica ou a propriedade.



CLAUSULA DECIMA QUINTA – DO FORO

Os quotistas elegem o foro da Comarca da Capital do Estado Minas Gerais para dirimir as questões decorrentes deste contrato, com renuncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, por si, seus herdeiros e sucessores, de maneira irrevogável e irretratável, assinam o presente instrumento em 01 (uma) via de igual teor e forma.

Lagoa Santa, 01 de julho de 2018.

OTAVIO VIEGAS

Sócio Administrador

CPF: 131.607.376-91

BRUCE DIAS VIEGAS

Sócio

CPF: 901.437.526-34

SILVIA CARVALHO DE MORAES

Sócia Administradora

CPF: 264.994.446-34

OTAVIO MORAES VIEGAS

Sócio

CPF: 063.491.516-90

ALAN MORAES VIEGAS

Sócio

CPF: 085.759.966-65

URSULA DIAS VIEGAS

Sócia

CPF: 001.312.626-10





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
18/452.924-7	J183777060372	18/08/2018

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
131.607.376-91	OTAVIO VIEGAS
001.312.626-10	URSULA DIAS VIEGAS
901.437.526-34	BRUCE DIAS VIEGAS
063.491.516-90	OTAVIO MORAES VIEGAS
085.759.966-65	ALAN MORAES VIEGAS
264.994.446-34	SILVIA CARVALHO DE MORAES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais





Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Relatório de Filiais Abertas

Informamos que, do processo 18/452.924-7 arquivado nesta Junta Comercial sob o número 6976758 em 27/08/2018 da empresa 3120824175-8 PRIME HOLDING E SERVICOS LTDA, consta a abertura da(s) seguinte(s) filial(ais):

NIRE	ENDEREÇO
3190262709-6	RUA PREFEITO ELIZEU ALVES DA SILVA 400 - BAIRRO DISTRITO IND. GENESCO APARECIDO CEP 33400-000 - LAGOA SANTA/MG

27/08/2018



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6976758 em 27/08/2018 da Empresa PRIME HOLDING E SERVICOS LTDA, Nire 31208241758 e protocolo 184529247 - 25/08/2018. Autenticação: A91CE8139D9CA9D2A6528DB981D973D91485A58. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 18/452.924-7 e o código de segurança YF6S Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/08/2018 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

pág. 13/15



Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa PRIME HOLDING E SERVICOS LTDA, de nire 3120824175-8 e protocolado sob o número 18/452.924-7 em 25/08/2018, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 6976758, em 27/08/2018. O ato foi deferido digitalmente pelo examinador Viviane Oliveira Duarte.

Assina o registro, mediante certificado digital, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
264.994.446-34	SILVIA CARVALHO DE MORAES

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
131.607.376-91	OTAVIO VIEGAS
001.312.626-10	URSULA DIAS VIEGAS
901.437.526-34	BRUCE DIAS VIEGAS
063.491.516-90	OTAVIO MORAES VIEGAS
085.759.966-65	ALAN MORAES VIEGAS
264.994.446-34	SILVIA CARVALHO DE MORAES

Belo Horizonte. Segunda-feira, 27 de Agosto de 2018

Marinely de Paula Bomfim: 873.638.956-00

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6976758 em 27/08/2018 da Empresa PRIME HOLDING E SERVICOS LTDA, Nire 31208241758 e protocolo 184529247 - 25/08/2018. Autenticação: A91CE8139D9CA9D2A6528DB981D973D91485A58. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 18/452.924-7 e o código de segurança YF6S Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/08/2018 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 14/15



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
048.192.246-62	VIVIANE OLIVEIRA DUARTE
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM



Belo Horizonte. Segunda-feira, 27 de Agosto de 2018



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6976758 em 27/08/2018 da Empresa PRIME HOLDING E SERVICOS LTDA, Nire 31208241758 e protocolo 184529247 - 25/08/2018. Autenticação: A91CE8139D9CA9D2A6528DB981D973D91485A58. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 18/452.924-7 e o código de segurança YF6S Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/08/2018 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL